



A Recriação do Real: As Origens do Gênero Crônica no Brasil¹

Roberta SCHEIBE²

Universidade Federal do Amapá, Macapá, AP

RESUMO

Este artigo faz um resgate histórico do gênero crônica. Através de pesquisa bibliográfica qualitativa com a escassa fortuna crítica existente sobre o presente tema, este trabalho estuda a crônica desde o século XVI, onde o principal propósito do gênero era o registro do circunstancial. O artigo contempla a Carta de Pero Vaz de Caminha, os traços do gênero desde a renascença, os folhetins e a consolidação do estilo da crônica no Brasil. Este estudo utiliza como teoria os autores Jorge Sá, Afrânio Coutinho, Antonio Cândido, entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: crônica, história, jornalismo, folhetim

Inicialmente, a crônica se apresentou ao mundo através de relatos de caráter informativo. O registro do circunstancial era, segundo Jorge Sá, no século XVI, o principal propósito da crônica. Um dos primeiros apontamentos estudados por alguns teóricos do gênero crônica, refere-se à Carta, escrita por Pero Vaz de Caminha. Neste caso, seu autor queria registrar os fatos e notificar El-rei D. Manuel sobre o achamento de um novo solo, que, conforme registrou seu autor, era uma terra “em si boa de ares, tão frios, e temperados”. Conforme escreveu Caminha em 1500:

Senhor

Mesmo que o Capitão-mor desta vossa frota e também os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a notícia do achamento desta vossa Terra Nova que, agora, nesta navegação se achou, não deixarei, também, de dar disso minha conta a Vossa Alteza, tal como eu melhor puder, ainda que para bem contar e

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte realizado de 01 a 03 de maio de 2013.

² Jornalista, Mestre em Letras – Estudos Literários e doutoranda em Sociologia pela UFC/UNIFAP. É professora Assistente da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: Roberta.scheibe@unifap.br e robertascheibe@gmail.com.



falar o saiba fazer pior que todos. Mas tome Vossa Alteza minha ignorância por boa vontade; e creia, como certo, que não hei de pôr aqui mais que aquilo que vi e me pareceu, nem para aformosear nem para afeiar. (CAMINHA, 1999, p. 11)

Esta respeitada narrativa em português arcaico do século XVI resulta nas primeiras linhas d'*A Carta*, uma espécie de “certidão de nascimento do Brasil”. Foi este o texto inaugural da estrutura textual que mais tarde consolidou-se como crônica, provém daí a grande autoridade da crônica brasileira e lusitana sobre a atual forma de escrita da crônica brasileira. O relato de Caminha, segundo Jorge Sá, no livro *Crônica*, é fiel às circunstâncias, porque, além de descrever os fatos principais, também amplia os pequenos detalhes que poderiam passar despercebidos. Para Sá, “indiscutível [...] é que o texto de Caminha é recriação de um cronista no melhor sentido literário do termo, pois ele recria com engenho e arte tudo o que ele registra no contato direto com os índios e seus costumes” (SÁ, 1985, p.5). Estas características podem ser observadas na seguinte passagem:

(...) A terra em si é muito boa de ares, tão frios, e temperados, como os de Entre-Douro e Minho, porque, neste tempo de agora, assim ao achávamos como os de lá. Águas são muitas e infindas. De tal maneira é graciosa que, querendo aproveitá-la, dar-se-á nela tudo por bem das águas que tem. Mas o melhor fruto que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente; e esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza nela deve lançar. (CAMINHA, 1999, p. 61)

A “carta” conta a história da “descoberta do Brasil” por Portugal. Pero Vaz de Caminha deu início ao princípio básico da crônica, o de registrar o circunstancial, como afirma Sá: “a história da nossa literatura se inicia, pois, com a circunstância de um descobrimento: oficialmente, a Literatura Brasileira nasceu da crônica” (SÁ, 1985, p.7). O cronista lusitano expôs a história sob a sua ótica, por motivo da sua presença no local dos acontecimentos. Caminha presenciou os fatos ocorridos no achamento da “Terra de Vera Cruz”, e esta era a essência até então do gênero em foco.

A crônica apresentou-se aos leitores como relatos puramente informativos – essência do jornalismo. Este estilo informativo desenvolveu-se na Europa, no século



XVI, com textos vinculados à historiografia, mas, na Renascença, afastou-se do atributo da narração dos períodos históricos e apresentou uma mistura de historiografia com texto ficcional; ou seja, os relatos informativos vinham acompanhados de técnicas literárias. Foi somente no século XIX que a crônica brotou nos jornais, por meio de um texto que continha o apanhado cronológico dos fatos aliado à ficcionalidade. Eram histórias reais contadas com características literárias (COUTINHO, 1971, p. 108).

O jornalista e escritor Carlos Heitor Cony tem uma interessante definição para a questão da crônica brasileira. Este gênero, no Brasil nos séculos XVI e XVII, segundo ele era um “gênero-bonde”, um “gênero-ônibus”, onde tudo cabia. Qualquer relato levava o nome de crônica (CONY, 2002, p. 02). Mas, com o decorrer da história, a crônica aperfeiçoou-se nas suas características e no seu estilo. Antonio Candido (CANDIDO, 1980, p. 5-13) diz que o Brasil concebeu uma crônica de estilo moderno, bem posterior à carta de Pero Vaz de Caminha. Para o ensaísta, esse gênero situado entre o jornalismo e a literatura apareceu no *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro, entre 1854 e 1855. Machado de Assis, que trabalhou como jornalista nesse jornal, afirma – através de uma crônica, que o gênero é muito mais antigo:

Não posso dizer positivamente em que ano nasceu a crônica; mas há toda a possibilidade de crer que foi coetânea das duas primeiras vizinhas. Essas vizinhas, entre o jantar e a merenda, sentaram-se à porta, para debicar os sucessos do dia. Provavelmente começaram a lastimar-se do calor. Uma dizia que não pudera comer ao jantar, outra que tinha a camisa mais ensopada que as ervas que comera. Passar das ervas às plantações do morador fronteiro, e logo às tropelias amatórias do dito morador, e ao resto, era a coisa mais fácil, natural e possível do mundo. Eis a origem da crônica. (ASSIS, 1859, s/p)

A crônica, que por si emana da história, da literatura e do jornalismo, ainda no século XIX uniu-se com o estilo “da crônica moderna” e com o relato da vida mundana, intitulada “crônica de costume”, de acordo com aceção do professor José Marques de Melo (MELO, 2002, p. 149). Assim, desde o “achamento”, ou a “descoberta” da carta de Pero Vaz de Caminha na Torre do Tombo, em 1773, por Seabra da Silva, até os dias atuais, a crônica viu determinadas propriedades suas serem alteradas, mas conservou o caráter do registro circunstancial dos fatos. Com o passar dos anos e a transformação da



sociedade, a variação de estilo incidiu em termos de linguagem, que se tornou mais simples e coloquial, acostando-se das falas e das temáticas do cotidiano.

No mundo, a adesão da crônica no jornal sucedeu na França, nos idos de 1800, nas seções literárias dos periódicos, chamadas de folhetins, e foi empregada pelos jornalistas, em sua maioria escritores, que vagavam pela cidade, observando os fatos e situações do cotidiano para estamparem no jornal do dia seguinte. Juan Gargurevich, a esse respeito, afirma:

A crônica é a antecessora imediata do jornalismo informativo. Quando a indústria da informação não havia alcançado ainda o vigor que lograria em meados do século passado, os próprios jornalistas davam às notícias a denominação de crônicas, influenciados pelo gênero histórico-literário que tem o mesmo nome. (GARGUREVICH, 1982, p. 109)

Quando os jornais passaram a ser diários, o jornalismo e a literatura, através da crônica, aproximaram-se ainda mais. A leitura diária do jornal incorporou-se aos costumes da população com a fundação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 10 de setembro de 1808. E, a partir de 1850, o ambiente destinado à crônica nos veículos impressos aumentou consideravelmente.

Os textos eram publicados no rodapé das páginas dos periódicos e tinham caráter informativo com algumas técnicas incorporadas da literatura, porque aqueles que escreviam eram literatos. Portanto, como afirma Melo, “é através do folhetim que a crônica surge no jornalismo brasileiro” (MELO, 2002, p. 151). Ao longo do tempo, os escritos se transformaram em “texto em série”, ou seja, que prosseguiram na próxima edição. Os conteúdos dos textos eram narrativas reais expostas através de uma forma engraçada ou triste, mas que privilegiasse, principalmente, o tom leve dos textos. A esse respeito Candido afirma que aos poucos “o ‘folhetim’ foi encurtando e ganhando certa gratuidade, certo ar de quem está escrevendo à toa, sem dar muita importância. Depois, entrou francamente pelo tom ligeiro e encolheu de tamanho, até chegar ao que é hoje” (CANDIDO, 1992, p. 15).



O jornalista precursor na utilização do folhetim, segundo Afrânio Coutinho (apud CASTRO; GALENO, 2002, p. 151), foi Francisco Otaviano, que, em 1852, no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, assinava um texto semanal. José de Alencar, Manuel Antônio de Almeida, Machado de Assis, Raul Pompéia, Coelho Neto, Humberto de Campos, entre outros, estiveram entre alguns dos escritores-jornalistas que registraram ideias, entre elas crônicas, no espaço destinado ao folhetim nos jornais. Anterior à década de 1930, o folhetim abreviava-se a comentários sobre variedades, envolvendo diversos temas, crônicas e romances românticos.

No entanto, segundo Antonio Candido, o princípio das crônicas brasileiras iniciou nos jornais através da coluna “Ao correr da pena”, publicada num rodapé largo de jornal, ainda como folhetim. Este espaço era de José de Alencar, no período entre 1854 e 1855, onde o autor produzia textos curtos todas as semanas, contendo comentários despreziosos e pessoais.

O jornalista-escritor Paulo Barreto (1881 – 1921), cujo pseudônimo era “João do Rio”, também foi muito conhecido pelas crônicas que escrevia sobre a sua cidade. Mas, naquela época, de acordo com Sá, as crônicas ainda não eram conhecidas como tal – com estas características e a nomenclatura –, tinham características informativas, um relato da sociedade e dos casos ocorridos. O texto resumia-se a “um rodapé onde eram publicados pequenos contos, pequenos artigos, ensaios breves, poemas em prosa” (SÁ, 1985, p.08). De acordo com Marlyse Meyer, em “Deus escreve certo por linhas tortas – O romance-folhetim dos jornais de Porto Alegre entre 1850 e 1900”:

o conceito de *folhetim* desdobra-se em diferentes perspectivas: do ponto de vista formal, pode ser um lugar físico, específico do jornal, em geral o que denomina de *res-do-chão*, na página de rosto (considerando que, em geral, os jornais do século passado tinham as dimensões da publicação hoje denominada *standard* e que não ultrapassavam as quatro páginas), ocupando espaço variável naquela página. Mas do ponto de vista do conteúdo, o *folhetim* variou consideravelmente: primeiro, trazia crítica teatral ou literária, constituindo às vezes o que contemporaneamente denominaríamos *crônica*. De qualquer modo [...], era, pois, um texto simultaneamente literário, por seu maior apuro estilístico, e jornalístico, por sua referencialidade a acontecimentos recentes. (MEYER apud HOHLFELDT, 2003, p.18)



De receitas de cozinha a receitas de beleza, de piadas a crimes, de charadas a comentários de livros recém-lançados, tudo se encontrava no espaço do rodapé da página. Era, segundo Meyer, um “esboço do Caderno B”³ (MEYER, 1992, p. 96). Foi no folhetim, que no Brasil seguiu os padrões franceses, é que os jornalistas-escritores testavam a narrativa, através de histórias de não-ficção e até de ficção. Marlyse Meyer destaca o início do folhetim na França:

Torna-se tão importante esse espaço da liberdade e da recreação que, ao lançar depois da Revolução Burguesa de 1830 as bases da moderna revolução jornalística, Émile de Girardin e seu ex-sócio e pirateador, Dutacq, logo percebem as vantagens financeiras que dele tirariam. Dão ao *feuilleton* o lugar de honra do jornal, como é explicado no prospecto de lançamento de *Le Siècle*, a 1º de julho de 1836. (MEYER, 1992, p. 97)

Assim como a França, o Brasil também deu ao *feuilleton* “um lugar de honra no jornal”. Na verdade, as publicações dos folhetins eram uma fusão da crônica (no sentido jornalístico, da informação e reportagem aliadas à conversa fiada), com o romance e o conto. Em virtude da atuação dos cronistas-poetas daquela época, a crônica consolidou-se em elemento de caráter eclético – lírico, humorístico, irônico, crítico e simples. Assim, obteve a preferência dos leitores nos jornais (TRENTIN, 1990, p. 15).

A transformação do folhetim para a crônica atual e moderna no Brasil decorre da mudança cultural desencadeada pelo processo de industrialização e urbanização anterior a 1930. As fundamentais transformações no processo textual da crônica derivam, em parte, da Semana da Arte Moderna, de 1922, que estimulou um movimento de brasilidade, impulsionando a produção da literatura local, com temas e estilos referentes ao Brasil. Os assuntos e a linguagem dos textos foram se aproximando da vida real dos brasileiros. A partir desse marco, toda a imprensa brasileira foi influenciada pelas alterações lingüísticas e aderiu à simplicidade nos textos. Isso instigou os escritores a produzirem textos numa linguagem coloquial, deixando de lado o estilo discursivo e formal dos textos.

³“Caderno B”, na referência feita pela ensaísta, significa o caderno de cultura e entretenimento dos jornais, hoje também denominado “Segundo caderno”.



A imprensa, ao transformar-se em jornais-empresas, também foi fator de impulsão da crônica.

Nessa época, os jornais diários das grandes cidades, ao tomarem as feições de empresas, precisavam conquistar mais leitores para vender um número maior de exemplares. Logo, precisaram diversificar seus conteúdos e incorporar novas seções, voltadas à informação e ao entretenimento, a fim de tornarem-se mais atraentes e dinâmicos. Desse modo, a crônica ganhou destaque, convertendo-se em porta-voz das mudanças que aconteciam na sociedade brasileira. Ocuparam o cenário da crônica nacional Carlos Drummond de Andrade, Rubem Braga, Fernando Sabino e Paulo Mendes Campos, que efetivaram a continuação do gênero consolidado por Machado de Assis, José de Alencar, Humberto de Campos, entre muitos outros, na literatura e no jornalismo brasileiro. (SCHEIBE, 2008, p. 19 e 20)

A crônica concretizou-se, segundo Marques de Melo, como recriação do real e o cronista principiou uma caça interminável por conquistar a genialidade a cada texto. Os autores teciam as crônicas na tentativa de imprimir no leitor a idéia-simulacro de que todos fazem parte de uma grande reportagem da vida real. Deu-se, dessa maneira, “a liberação da crônica como uma inspiração para o relato poético, a descrição literária e a palpitação do jornalismo atual”. (MELO, 2002, p. 154)

No entanto, é preciso salientar que a efemeridade do jornal, em alguns casos, pode afetar a crônica. Este gênero, desde a sua confecção, duela contra o tempo, porque é escrita às pressas, para um leitor também apressado, cujo assunto geralmente é algo factual. Mas, segundo Ferreira, a crônica foi feita para isso: para atender a esse ritmo; para ser leve e ampliar a visão de mundo do leitor; para contar os fatos do cotidiano de maneira simples. Desse modo, muitos cronistas utilizam a crônica para aproximar a língua falada da língua escrita e materializá-la num texto informal, simples, heterogêneo, recriando a realidade, o cotidiano, e transformando o coloquial em lirismo e ironia. (FERREIRA, 1990)

Desta forma, cada crônica – e seu cronista - se consolida por fazer um retrato de sua época. Diferentemente da história, os textos cronísticos narram um fato de acordo com a ótica de cada escritor, levando em conta suas memórias, experiências, valores e atitudes.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Machado de. *Do jornal ao livro. Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 10 e 12/jan/1859, s/pg.

CAMINHA, Pero Vaz. **Carta ao rei Dom Manuel**. 2. ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.

CANDIDO, Antonio (Org.). **Crônica**. São Paulo: Unicamp, 1992.

CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex. **Jornalismo e literatura**, São Paulo: Escrituras, 2002.

CONY, Carlos Heitor. *A escrava do tempo e seu adorador*. In: SCHEIBE, Roberta. **O diálogo entre literatura e jornalismo**. Monografia de conclusão do curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo. Passo Fundo, 2003.

COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro, 1971.

FERREIRA, Nélia do Nascimento. **A intertextualidade nas crônicas de Humberto de Campos (1910-1934)**. Porto Alegre: PUC, 1990.

GARGUREVICH, Juan. **Gêneros periodísticos**. Quito: Ciespal, 1982.

HOHLFELDT, Antonio. **Deus escreve certo por linhas tortas – O romance-folhetim dos jornais de Porto Alegre entre 1850 e 1900**. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

MELO, José Marques. *Crônica*. In. CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex. **Jornalismo e literatura**. São Paulo: Escrituras, 2002.

MEYER, Marlyse. Voláteis e versáteis. *De variedades e folhetins se fez a chronica*. In: CANDIDO, Antonio. **Crônica**. São Paulo: Unicamp, 1992.

SÁ, Jorge de. **A crônica**. São Paulo: Ática, 1985.

SCHEIBE, Roberta. **A crônica e seus diferentes estilos na obra de Humberto De Campos**. Imperatriz: Ética, 2008.

TRENTIN, Liege Maria. **O cômico-sério e sua significação na crônica de Luis Fernando Verissimo**. Porto Alegre: PUC, 1990.